



Repúblicas com altos decibéis

Pelo fim do barulho

Reunião discutiu soluções para a relação turbulenta entre vizinhos e repúblicas da Esalq

MARCELO ROCHA

Da Gazeta de Piracicaba

marcelo.rocha@gazetadepiracicaba.com.br

Moradores do bairro Vila Independência, lideranças estudantis da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), representantes do Pelotão Ambiental (da Guarda Civil Municipal), da Polícia Militar, do setor imobiliário e do setor de fiscalização da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (Sedema) participaram, na noite de ontem, do segundo encontro para discutir soluções para os “transtornos provocados pelas repúblicas barulhentas”, conforme definição dos vizinhos queixosos.

Na reunião de ontem, realizada no Centro Catequético da Paróquia São Judas, os participantes se dividiram em grupos de discussão (de até sete pessoas) e listaram possíveis saídas para o impasse. Entre as sugestões que emergiram estão: reivindicação de mais infraestrutura fiscalizadora; mobilizar, no mínimo, três moradores para a confecção do BO na Polícia Civil (isso configuraria uma situação de incômodo coletivo e não uma questão particular); penalização das repúblicas infratoras pelo Conselho de Repúblicas da Esalq; aplicação de multa ao proprietário dos imóveis locados aos estudantes, entre outras.

A primeira reunião foi realizada no dia 18 de setembro. “O primeiro encontro foi um muro das lamentações. Mas, hoje, pretendemos sair daqui com propostas de conciliação”, declara



Del Rodrigues

Na Paróquia São Judas se reuniram moradores da Vila Independência, estudantes e órgãos de fiscalização

rou Carmem Lúcia Rodrigues, moradora da Vila Independência, uma das principais articuladoras do debate e criadora do informal Movimento dos Atingidos pelas Repúblicas Barulhentas da Esalq. “Isso porque não são todas as repúblicas que causam problemas, que não respeitam os vizinhos e não têm hora para nada”, diz.

“Estamos aqui para que ocorra uma conciliação entre os alunos da Esalq, moradores dessas repúblicas e a sociedade civil”, afirmou Laís Zayas, presidente do Conselho de Repúblicas da Esalq, que é aluna do curso de gestão ambiental. Além da uni-

versitária, havia outros jovens esalqueanos representando órgãos estudantis como o Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (Calq) e Associação Atlética Acadêmica Luiz de Queiroz (Aalq).

Carlos Aparecido de Oliveira, também morador da Vila Independência, e outro organizador da reunião, diz que a situação está insuportável. “Isso está acabando com o bairro. Eu tomo remédio há dois anos e até pensei em vender a minha casa”, afirma.

Na opinião do GC Ribeiro, que compareceu à reunião representando o Pelotão Ambiental, “um pouco de educação e cons-

ciência por parte dos alunos das repúblicas resolveria o problema”. Pouco antes, o clima havia esquentado. Uma das moradoras, bastante exaltada, levantou a voz para pedir providências urgentes num dos grupos. Incomodados com o ruído, membros de outros grupos de discussão pediram para ela baixar o tom e se acalmar. “Não ponha a mão em mim”, disse ao tentar ser acalmada por um mediador.

“No fim das contas acho que está sendo uma reunião frutífera”, analisa o vereador Paulo Camolesi (PV), que apoiou os dois encontros na Paróquia São Judas.

FISCALIZAÇÃO

Multa é de RS 2.058,00

De acordo com Fabiano de Godoy Bertin, que trabalha no setor de fiscalização da Sedema, o limite de decibéis (db) permitido “depende do zoneamento”. “Mas, na maioria da cidade, o limite é 60 db entre as 7h e as 22h. Exceções são as áreas industriais, onde o limite é 70 db, e as zonas estritamente residenciais, onde é permitido 55 db”, compara.

Em casos de reclamação de barulho, Bertin vai ao local da queixa com o seu decibelímetro (aparelho que mensura o volume sonoro). Se o valor de decibéis ultrapassar o permitido por lei, o fiscal então emite uma multa no valor de RS 2.058,00 ao proprietário da casa. A reportagem da Gazeta apurou que, normalmente, o locador repassa a multa para o inquilino, no caso, os estudantes.

“Nós não sabemos a quem recorrer, dono da casa, estudante ou imobiliária. Um fica empurrando para o outro e o Pelotão Ambiental diz que não tem pessoal suficiente quando ligamos para lá”, reclama Carlos Aparecido Oliveira.